

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Abstratização ou racionalização do controle incidental de inconstitucionalidade? .....	9
3. A repercussão geral e a eficácia vinculante são capazes de eliminar o caso concreto do cogito que informa a formação do precedente constitucional?....	22
4. A concretização do controle abstrato de constitucionalidade .....	27
5. A aproximação entre os sistemas de controle abstrato e concreto no direito brasileiro .....	34
6. O sistema dual brasileiro: incidental e principal .....	37
7. Ações voltadas ao controle de constitucionalidade? Em busca da ação “constitucional” conformada com base em cláusulas processuais abertas...	47
8. Ação, formas de tutela do direito constitucional e técnica processual.....	50
9. Racionalidade e controle das decisões e do uso das técnicas processuais no controle abstrato.....	55
9.1. As cláusulas processuais abertas a serviço da jurisdição constitucional: a expansão do poder da Corte .....	55
9.2. O problema das decisões interpretativas e reconstrutivas: quando o menos pode ser mais .....	59
9.3. A modulação de efeitos: a Constituição em risco .....	64
9.4. Decidir de forma maximalista ou minimalista é algo que está à discrição da Corte? .....	69
9.5. A negação dos fatos, os problemas daí decorrentes e alguns critérios capazes de viabilizar decisões adequadas à verdade do Estado Constitucional.....	75
9.6. Decisões monocráticas e liminares: a constitucionalidade em estado de espera.....	84
10. Controle abstrato, fatos e diálogo constitucional.....	96
10.1. A aferição da omissão na ação de inconstitucionalidade .....	96

6 | DO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE

10.2. A identificação da “controvérsia judicial relevante” e a legitimidade do uso da ação de constitucionalidade.....	104
10.3. A arguição de descumprimento de preceito fundamental diante de um estado de fato inconstitucional: o problema e os limites das decisões estruturais .....	114
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>135</b>